
Ponta Administradora de Consórcio Ltda. – Consórcio Ponta

***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Ponta Administradora de Consórcio Ltda. – Consórcio Ponta

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ponta Administradora de Consórcio Ltda. – Consórcio Ponta ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e a demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ponta Administradora de Consórcio Ltda. – Consórcio Ponta em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Ponta Administradora de Consórcio Ltda. – Consórcio Ponta

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

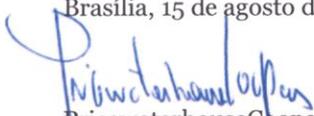


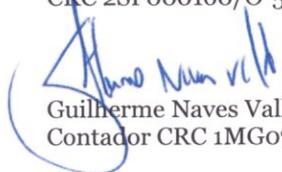
Ponta Administradora de Consórcio Ltda. – Consórcio Ponta

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de agosto de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

**Ponta Administradora de
Consórcios Ltda. – Consórcio
Ponta**

**Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2017**

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
30 de junho de 2017

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balanco patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	13
Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	
Nota 1 – Contexto operacional	15
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis	15
Nota 3 – Principais práticas contábeis	15
Nota 4 – Disponibilidades	18
Nota 5 – Títulos e valores mobiliários	18
Nota 6 – Outros Créditos	19
Nota 7– Imobilizado	20
Nota 8 – Intangível	21
Nota 9 – Obrigações fiscais previdenciárias	22
Nota 10 – Obrigações diversas	22
Nota 11 – Patrimônio líquido	23
Nota 12 – Receitas de prestação de serviços	23
Nota 13 – Despesas tributárias	23
Nota 14 – Despesas de pessoal	24
Nota 15 – Outras despesas administrativas	24
Nota 16 – Outras receitas operacionais	25
Nota 17 – Outras despesas operacionais	25
Nota 18– Imposto de renda e contribuição social	26
Nota 19 – Critérios de tributação	26
Nota 20 – Transações com partes relacionadas	26
Nota 21 – Passivos contingentes, provisões e obrigações legais	27
Nota 22 – Outras informações da Administradora	28
Nota 23 – Gerenciamento de riscos	28
Nota 24 – Principais práticas contábeis para grupo de consórcios	30
Nota 25 – Aplicações financeiras - grupos	32
Composição da Diretoria	33

Relatório da administração

1. Cenário Macroeconômico

No âmbito doméstico, o 1º semestre de 2017 foi marcado pela manutenção de um quadro de instabilidade política e pelo início da retomada do crescimento econômico, embora em ritmo lento e instável. Apesar das turbulências, o governo obteve junto ao Congresso Nacional a aprovação da reforma trabalhista, mas a tramitação da reforma previdenciária foi postergada para o 2º semestre. O aumento das incertezas políticas estancou o incipiente ciclo de retomada da confiança e valorização dos ativos domésticos, embora ao final do semestre o ambiente tenha se tornado mais ameno.

No exterior, os primeiros meses do ano trouxeram alguma frustração quanto à capacidade do novo governo norte-americano de implementar sua agenda, o que, em conjunto com a acomodação da inflação, esfriou o ímpeto global do dólar. A China continuou crescendo de forma robusta, enquanto a Zona do Euro sustentou a expansão gradual, tendo recebido o impulso da eleição na França, o que reduziu os temores na região.

No Brasil, sinais econômicos mais positivos e a crescente perspectiva de avanços na agenda estrutural vinham sancionando a melhora dos índices de confiança e dos preços dos ativos domésticos, até a eclosão de uma nova crise política em maio. Na economia real, o destaque ficou para o PIB do 1º trimestre, que cresceu 1,0% na margem e interrompeu uma sequência de oito trimestres consecutivos de queda.

Uma surpresa positiva registrada ao longo do 1º semestre foi a intensificação da queda da inflação, ilustrada pelo IPCA de 3,0% e IGP-M de -0,78%, ambos acumulados nos 12 meses encerrados em junho. O quadro inflacionário benigno é complementado pela abertura favorável dos índices de preços, com núcleos e índice de difusão reduzidos pela ancoragem das expectativas de inflação, que estão abaixo da meta em 2017 e 2018, na recuperação lenta da economia, que envolve uma taxa de desemprego ainda alta, e pela manutenção de uma taxa de câmbio controlada, apesar das incertezas. Neste contexto, a flexibilização da política monetária teve prosseguimento nos últimos meses. A taxa Selic, que iniciou o ano de 2017 em 13,75%, atingiu 9,25% em julho.

No mercado de crédito, as concessões começaram a reagir lentamente, no caso dos empréstimos destinados às pessoas físicas. As operações com recursos livres cresceram 7,5% no 1º semestre, ante o mesmo período de 2016. Já no crédito voltado às pessoas jurídicas, o cenário permaneceu adverso, com recuo de 7,0% nos volumes concedidos na mesma base de comparação (crédito livre). Os índices de inadimplência seguiram trajetória semelhante. A taxa PF cedeu de 6,1% no final de 2016 para 5,8% em junho de 2017, em dinâmica que deve ser considerada positiva diante do quadro adverso do mercado de trabalho. Enquanto isso, a taxa de inadimplência PJ subiu ao longo do semestre até maio, quando atingiu 6,0%, tendo recuado em junho para 5,3% - ainda assim, acima do observado no final de 2016 (5,2%).

As contas externas continuaram fornecendo boas notícias ao País. O superávit comercial somou US\$ 36,2 bilhões no 1º semestre, montante bem superior ao registrado no 1º semestre de 2016 (US\$ 23,6 bilhões). Embora as importações

Relatório da administração

tenham começado a reagir, diante da estabilização da economia e do real mais fortalecido, as exportações foram impulsionadas pela melhora dos preços de importantes itens da pauta. Esse desempenho da balança acentuou a tendência de ajuste da conta corrente, cujo acumulado entre janeiro e junho ficou ligeiramente superavitário em US\$ 715 milhões, algo que não ocorria desde 2007.

As contas públicas, por sua vez, seguiram como o principal fator negativo da economia brasileira. A despeito das medidas tomadas, o déficit primário do governo central somou R\$ 56 bilhões nos primeiros seis meses do ano, dificultando ainda mais o alcance da meta de R\$ 139 bilhões de déficit em 2017.

Nos mercados, as turbulências políticas acentuaram a volatilidade, mas em linhas gerais os ativos brasileiros sustentaram patamares valorizados, na expectativa de continuidade da atual política macroeconômica e da agenda de reformas estruturais. A taxa de câmbio, que iniciou o ano ao redor de R\$ 3,25/US\$, chegou a romper o nível de R\$ 3,10/US\$ antes do citado aumento das tensões políticas em maio.

Em suma, a primeira metade de 2017 manteve o desempenho global satisfatório, a despeito das crescentes incertezas políticas nos Estados Unidos, e trouxe os primeiros sinais de lenta retomada de crescimento da economia brasileira. No âmbito local, turbulências políticas geraram volatilidade e ampliaram os riscos à continuidade da agenda reformista, embora os mercados tenham permanecido confiantes na manutenção da atual orientação econômica e da tentativa de aprovação da reforma da previdência, fundamental para sustentar o reequilíbrio das contas públicas no médio e longo prazo.

2. Mercado de consórcios

O desempenho do mercado de consórcios no primeiro semestre de 2017 refletiu de forma clara o comportamento dos consumidores frente à conjuntura econômica e política do País nesse período. Isso porque os números demonstraram crescimento nas vendas de consórcios e retração das cotas ativas. Ou seja, com 912,5 mil cotas¹ vendidas no período de janeiro a maio de 2017, ante 846,3 mil no mesmo período de 2016, as vendas tiveram um aumento de 7,8%. Assim com baixa atividade econômica, isso demonstra a necessidade de planejamento financeiro das pessoas para adquirir um bem, característica dos produtos do segmento de consórcios. Já a redução das cotas ativas, na ordem de 1,9% nos primeiros cinco meses de 2017 em relação a 2016, indica uma possível condição, por parte do consorciado, de não priorizar o consórcio nas contas mensais. Fato esse que pode ter sido acentuado, principalmente pelo quadro ambíguo da política econômica que permeou no primeiro semestre desse ano. No entanto, no médio prazo esse fato tende a ser totalmente reversível, pois, os ativos administrados do mercado de consórcios possui uma curva de ascensão ao longo dos últimos cinco anos.

Ao avaliar os seguimentos de consórcios nos meses de janeiro a maio de 2017, observam-se efeitos distintos em relação aos tipos de bens ofertados. Os destaques positivos foram para os segmentos de imóveis, com aumento de 12,7% nas vendas e o segmento de serviços, com expressivos 113,6% de aumento em relação ao mesmo período do ano anterior. Em contra partida, o

Relatório da administração

seguimento de motocicletas apresentou redução de 6,1% na comercialização de cotas no mesmo período.

O mercado de consórcios se apresenta a cada ano mais eficiente e sólido e com consumidores prudentes. O setor espera a continuidade de crescimento para o segundo semestre de 2017, não só pela expectativa da retomada a atividade econômica, mas também pela diversificação de seus produtos e pela condição menos onerosa que oferecem aos consumidores frente aos similares ofertados por bancos e financiadoras.

Fonte: ¹Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC

3. Ponta Administradora de Consórcios

A Ponta Administradora de Consórcios (Ponta Administradora) integra o conglomerado do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e comercializa seus produtos nas cooperativas do Sicoob.

Atuando com consórcios nos ramos de veículos, equipamentos agrícolas, imóveis, motocicletas e serviços, atualmente administra uma carteira de R\$ 3,7 bilhões e possui mais de 50 mil consorciados ativos.

O crescimento de vendas de cotas de consórcios no primeiro semestre de 2017 sobrepujou o mesmo período de 2016 na ordem de 83%, totalizando 17 mil cotas vendidas ante 9,3 mil no ano anterior. Esse crescimento eminente em relação ao comportamento do mercado, não foi apenas consequência da realização de campanhas nas cooperativas ou pela percepção que o cooperado já tem do produto, cujo princípio basilar é a possibilidade de uma compra programada, mas também pela condição competitiva que o Sicoob oferece, neste produto.

A despeito do comportamento do mercado nos cinco primeiros meses de 2017, que apresentou redução de cotas ativas, o desempenho da Administradora foi de evolução na ordem de 24,90%, representando 51.327 cotas ativas no primeiro semestre de 2017.

Com o resultado no semestre de R\$ 4,2 milhões, a Ponta Administradora vem apresentando ganho consistente na participação de mercado e destacando-se nos segmentos de veículos e serviços. Neste último segmento, ocupa a sétima posição no ranking² de cotas vendidas e, em veículos, o décimo quarto lugar.

Fonte: ²Banco Central do Brasil – Abril/2017

4. Performance

A Ponta Administradora de Consórcios encerrou o primeiro semestre de 2017 com ativos totais consolidados de R\$ 33.330 mil, aumento de 19,72% em relação a 31 de dezembro de 2016 e com 51.327 cotas ativas e 2.763 bens

Relatório da administração

entregues, crescimento de 24,90% e 7,13% respectivamente em relação a 31 de dezembro de 2016.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 4.199 mil, com retorno anualizado de 49,94% sobre o patrimônio líquido de dezembro de 2016.

O bom desempenho da Ponta, tanto em comercializações como o incremento da carteira e do resultado, proporcionou aumento de 24,97% do patrimônio líquido de 30 de junho de 2017 em relação a dezembro de 2016.

5. Gerenciamento de riscos

a. Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez

A gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez no conglomerado Bancoob e no Sicoob é realizada de forma centralizada pela Superintendência de Gestão de Riscos (Suris), lotada no Bancoob, conforme dispõem as resoluções CMN 3.721/2009, 3.464/2007 e 4.090/2012. Essa Superintendência é formada por meio de quatro gerências especializadas:

- Gerência de Risco de Crédito (Geric);
- Gerência de Modelagem (Gemod)
- Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez (Gerim); e
- Gerência de Middle Office (Gemid);

As atividades relacionadas aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez consideram os objetivos, as políticas, os processos, os sistemas e as estratégias definidas pelas instituições em consonância com as boas práticas de governança corporativa.

A estrutura atualmente definida pela Instituição inclui os seguintes aspectos, considerados relevantes de acordo com as boas práticas de governança:

- Segregação de funções entre as áreas de negócio e a de riscos;
- Definição de alçadas nos diversos níveis hierárquicos;
- Gestão de risco centralizada e;
- Normativos internos onde estão definidas as políticas, as atividades e os processos relativos ao gerenciamento de riscos.

No Conglomerado Bancoob, as decisões relacionadas aos riscos são tomadas de forma colegiada e observam os aspectos definidos nas políticas e nos manuais de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos tem caráter abrangente e está constituída dos seguintes componentes:

- Estrutura Organizacional;
- Estrutura Normativa;
- Sistemas Computacionais;

Relatório da administração

- Conformidade;
- Validação e;
- Acompanhamento.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos, que tem a Superintendência de Gestão de Riscos (Bancoob) como área responsável, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sistema.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- i. Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de liquidez da Administradora;
- ii. Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de liquidez dos grupos de consórcio como um todo e individualmente em cada grupo;
- iii. Controle do risco de liquidez das aplicações dos grupos de consórcios em fundos de investimento administrados pela Bancoob DTVM; e
- iv. Utilização do modelo VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado dos fundos de investimento com os recursos líquidos dos grupos de consórcios da Administradora e administrados pelo Bancoob DTVM;
- v. Geração e reporte de informações gerenciais aos órgãos de governança do Sicoob;
- vi. Adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- i. Utilização de modelos de avaliação e classificação de risco dos consorciados;
- ii. Monitoramento da inadimplência dos grupos de consorciados, segregados por tipo de bem e pela condição da entrega ou não do bem objeto do consórcio;
- iii. Geração e reporte de informações gerenciais aos órgãos de governança do Bancoob;
- iv. Adequada validação dos modelos.

Relatório da administração

b. Risco operacional

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, aprovada pela Diretoria da Administradora (Circular Ponta Administradora de Consórcios 001).

O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos já identificados, é realizado no mínimo bienalmente. O processo de gerenciamento do risco operacional da Administradora consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados a Diretoria da Administradora, bem como ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração do Bancoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

6. Agradecimentos

Agradecemos aos cotistas, pela confiança na atual administração, ao Bancoob, ao Sicoob Confederação, às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pelo trabalho executado em parceria, e aos colaboradores da Ponta Administradora de Consórcios, pela dedicação e compromisso.

A Administração

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA

Balanco patrimonial

Em milhares de reais

ATIVO	30/06/2017	31/12/2016	PASSIVO	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	8.976	9.282	Circulante	12.101	10.730
Disponibilidades (Nota 4)	6	7	Outras obrigações	12.101	10.730
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	5.950	5.559	Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	3.350	3.448
Carteira própria	5.950	5.559	Diversas (Nota 10)	8.751	7.282
Outros créditos (Nota 6)	3.008	3.700	Não circulante	212	291
Rendas a receber	-	575	Exigível a longo prazo		
Créditos específicos	142	127	Outras obrigações	212	291
Diversos	2.866	2.998	Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	72	150
Outros valores e bens	12	16	Diversas (Nota 10)	140	141
Despesas antecipadas	12	16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	21.017	16.818
Não circulante	24.354	18.557	Capital	6.191	6.191
Realizável a longo prazo			Reservas de lucros	14.826	10.627
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	22.981	17.336			
Carteira própria	22.981	17.336			
Outros créditos (Nota 6)	510	529			
Diversos	510	529			
Imobilizado (Nota 7)	750	587			
Imobilizado de uso	1.381	1.115			
(-) Depreciações acumuladas	(631)	(528)			
Intangível (Nota 8)	113	105			
Ativos intangíveis	157	135			
(-) Amortizações acumuladas	(44)	(30)			
Total do ativo	33.330	27.839	Total do passivo e do patrimônio líquido	33.330	27.839

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA**Demonstração do resultado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Receitas da intermediação financeira	1.142	1.102
Rendas com títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.142	1.102
Resultado bruto da intermediação financeira	1.142	1.102
Outras receitas (despesas) operacionais	5.556	4.196
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	28.246	23.318
Despesas de pessoal (Nota 14)	(3.094)	(2.707)
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(4.080)	(2.975)
Despesas tributárias (Nota 13)	(3.007)	(2.510)
Outras receitas operacionais (Nota 16)	1.946	1.902
Outras despesas operacionais (Nota 17)	(14.455)	(12.832)
Resultado operacional	6.698	5.298
Resultado não operacional	-	-
Resultado antes da tributação sobre lucro	6.698	5.298
Imposto de renda e contribuição social	(2.499)	(1.775)
Imposto de renda (Nota 18)	(1.822)	(1.293)
Contribuição social (Nota 18)	(677)	(482)
Lucro líquido do período	4.199	3.523
Quantidade de cotas no final do semestre – em milhares	6.191	6.191
Lucro por cota - R\$	0,68	0,57

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	<u>Capital</u>	<u>Reserva</u>		<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Legal</u>	<u>Especial de lucros</u>		
Saldo em 30 de junho de 2016	6.191	355	6.749	-	13.295
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.523	3.523
Destinações propostas:					
Reserva legal (Nota 11b)	-	176	-	(176)	-
Reserva de Lucros (Nota 11b)	-	-	3.347	(3.347)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>6.191</u>	<u>531</u>	<u>10.096</u>	<u>-</u>	<u>16.818</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.199	4.199
Destinações propostas:					
Reserva legal (Nota 11b)	-	210	-	(210)	-
Reserva de Lucros (Nota 11b)	-	-	3.989	(3.989)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>6.191</u>	<u>741</u>	<u>14.085</u>	<u>-</u>	<u>21.017</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Demonstração dos fluxos de caixa
 Em milhares de reais

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.698	5.298
Depreciações e amortizações	117	111
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	30	10
MUTAÇÕES DAS CONTAS PATRIMONIAIS		
(Aumento) dos títulos e valores mobiliários	(6.036)	(4.883)
Redução/(Aumento) de outros créditos	2.750	(86)
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	4	(3)
Aumento/(Redução) das obrigações fiscais e previdenciárias	(2.675)	74
(Aumento) das obrigações diversas	1.438	1.153
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.039)	(1.764)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>287</u>	<u>(90)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição do imobilizado	(266)	(49)
Aquisição de intangível	(22)	(9)
Baixa de imobilizado	-	2
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(288)</u>	<u>(56)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1)</u>	<u>(146)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	7	153
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	6	7
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1)</u>	<u>(146)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Demonstração consolidada dos recursos de consórcio
 Em milhares de reais

ATIVO	30/06/2017	31/12/2016	PASSIVO	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	552.883	472.271	Circulante	552.883	472.271
Disponibilidade	1	944	Obrigações diversas	552.883	472.271
Depósitos bancários (Nota 25)	1	944	Obrigações com consorciados	281.362	239.216
Aplicações interfinanceiras de liquidez	225.003	191.992	Valores a repassar	4.028	3.314
Aplicações financeiras (Nota 25)	225.003	191.992	Obrigações por contemplações a entregar	167.937	149.312
Outros créditos	327.879	279.335	Recursos a devolver a consorciados	49.041	41.314
Bens retomados ou devolvidos	142	127	Recursos do grupo	50.515	39.115
Direitos junto a consorciados contemplados	327.737	279.208	Compensação	3.638.977	2.828.201
Compensação	3.638.977	2.828.201	Recursos mensais a receber de consorciados	24.474	19.252
Previsão mensal de recursos a rec. de consorciados	24.474	19.252	Obrigações do grupo por contribuições	1.852.288	1.439.231
Contribuições devidas aos grupos	1.852.288	1.439.231	Bens ou serviços a contemplar	1.759.411	1.367.926
Valores dos bens ou serviços a contemplar	1.759.411	1.367.926	Diversas contas de compensação passivas	2.804	1.792
Diversas contas de compensação ativas	2.804	1.792			
Total geral do ativo	4.191.860	3.300.472	Total geral do passivo	4.191.860	3.300.472

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos
 Em milhares de reais

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	192.936	166.489
Depósitos bancários	944	-
Aplicações financeiras do grupo	42.681	33.495
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	149.311	132.994
(+) RECURSOS COLETADOS	258.174	222.702
Contribuições para aquisição de bens	202.851	173.274
Taxa de administração	27.378	22.994
Contribuições ao fundo de reserva	4.663	5.258
Rendimentos de aplicações financeiras	16.971	15.653
Multas e juros moratórios	567	495
Prêmios de seguros	3.684	3.337
Custas judiciais	34	35
Reembolso de despesas de registro	706	420
Outros	1.320	1.236
(-) RECURSOS UTILIZADOS	226.106	196.255
Aquisição de bens	190.541	166.162
Taxa de administração	27.929	23.069
Multas e juros moratórios	307	246
Prêmios de seguros	3.644	3.295
Custas judiciais	33	37
Devolução a consorciados desligados	2.173	1.684
Despesas de registro contrato	514	431
Outros	965	1.331
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE	225.004	192.936
Depósitos bancários	1	944
Aplicações financeiras do grupo	57.066	42.681
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	167.937	149.311

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Ponta Administradora de Consórcios Ltda. - Consórcio Ponta (“Instituição ou “Administradora”) é uma sociedade de cotas de responsabilidade limitada, iniciou suas atividades em 3 de março de 1972, e está sediada em Brasília. A Instituição é controlada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O objeto social é a constituição e a administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, sendo o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

O descasamento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial no valor de R\$ 3.125 em 30 de junho de 2017, não oferece risco em função de que a Instituição possui uma aplicação em títulos e valores mobiliários - TVM classificado no ativo realizável a longo prazo com liquidez assegurada (Nota 20a).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Administradora e dos grupos de consórcios são de responsabilidade da Administração, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) específica para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Conforme requerido pelo BACEN, estão sendo apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. A autorização para emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 04 de agosto de 2017.

3. Principais práticas contábeis - Administradora

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administradora use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a valorização de títulos e valores mobiliários e provisões para causas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência exceto pela taxa de administração que é reconhecida pelo seu efetivo recebimento.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional (depósitos bancários), cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

d) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos, calculadas “*pro rata temporis*”, líquidas das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridos.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, de acordo com a intenção da Administradora, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

- Móveis e Equipamentos de uso – 10%;
- Veículos e Processamento de dados – 20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – 30,86%

g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% quando aplicável, e a contribuição social, à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

A Administradora não possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social registrados em 30 de junho de 2017.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal da Administradora ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância do Pronunciamento Técnico 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Provisão para causas judiciais** - São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando individualmente relevantes.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Administradora tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

i) Pronunciamentos Técnicos – CPCs

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Circular 3.387/2008;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – Circular 3.463/2009;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Circular 3.579/2012;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Circular 3.578/2012; e
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Circular 3.484/2010.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Disponibilidades

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	1	3
Depósitos bancários	<u>5</u>	<u>4</u>
Total	<u>6</u>	<u>7</u>

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2017</u>				<u>31/12/2016</u>		
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor do custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>
Cotas do Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI (i)	5.950	-		5.950	5.950	5.559	5.559
CDB - Bancoob	-	-	22.981	22.981	22.981	17.336	17.336
Total	5.950	-	22.981	28.931	28.931	22.895	22.895
Circulante				5.950		5.559	
Não circulante				22.981		17.336	

- (i) Refere-se substancialmente à aplicação dos recursos não procurados dos grupos encerrados (Nota 10) que são remunerados conforme Art. 6º § 2º da Circular 3.432/2009.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como disponíveis para venda.

Estão classificados como “Disponíveis para Venda” e referem-se a Títulos de Renda Fixa – CDB, emitidos pelo BANCOOB. Esses títulos possuem liquidez diária e marcação a mercado considerando taxa de mercado (CDI).

As receitas financeiras geradas por essas aplicações no semestre foram de R\$ 1.142 (2º semestre de 2016 – R\$ 1.102).

6. Outros créditos

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Rendas a receber (i)	-	575
Devedores por depósitos em garantia	50	55
Tributos a compensar (ii)	2.731	2.985
Valores pendentes rec. cobrança judicial (iii)	142	128
Aquisição de cotas	362	375
Outros	<u>233</u>	<u>111</u>
Total	<u>3.518</u>	<u>4.229</u>
Circulante	3.008	3.700
Não circulante	510	529

- (i) Referem-se aos valores a receber da receita pela prestação de serviços relacionados ao seguro prestamista, descritos na Nota 16.
- (ii) Referem-se principalmente as antecipações do IRPJ e CS do exercício.
- (iii) A Ponta Administradora é parte de processos de cobrança judicial dos grupos encerrados no valor de R\$ 142 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 128) com o prognóstico de êxito provável, e quando recebidos serão rateados e repassados aos consorciados. As obrigações estão registradas em obrigações diversas (Nota 10).

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Imobilizado

	Instalações, móveis e equipamentos (i)	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado Total
Saldos em 30 de junho de 2016	421	142	76	639
Aquisição	18	31	-	49
Alienação	(2)	-	-	(2)
Depreciação/exaustão/amortização	<u>(65)</u>	<u>(28)</u>	<u>(6)</u>	<u>(99)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>372</u>	<u>145</u>	<u>70</u>	<u>587</u>
Custo total	715	297	103	1.115
Depreciação acumulada	<u>(343)</u>	<u>(152)</u>	<u>(33)</u>	<u>(528)</u>
Valor residual	<u>372</u>	<u>145</u>	<u>70</u>	<u>587</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	372	145	70	587
Aquisição	199	63	4	266
Depreciação/exaustão/amortização	<u>(69)</u>	<u>(28)</u>	<u>(6)</u>	<u>(103)</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>502</u>	<u>180</u>	<u>68</u>	<u>750</u>
Custo total	914	360	107	1.381
Depreciação acumulada	<u>(412)</u>	<u>(180)</u>	<u>(39)</u>	<u>(631)</u>
Valor residual	<u>502</u>	<u>180</u>	<u>68</u>	<u>750</u>
Taxas anuais de depreciação - %	30,86% (ii)	20%	10%	

- (i) Refere-se principalmente às benfeitorias em imóveis de terceiros com depreciação em linha, com prazo do contrato de aluguel de cinco anos.
- (ii) Refere-se à taxa ponderada considerando a representatividade dos ativos.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Intangível - Softwares

	<u>Software</u>
Saldos em 30 de Junho de 2016	109
Aquisição	9
Alienação	-
Amortização	<u>(13)</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	<u>105</u>
Custo total	135
Amortização acumulada	<u>(30)</u>
Valor residual	<u>105</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	105
Aquisição	22
Alienação	-
Amortização	<u>(14)</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>113</u>
Custo total	157
Amortização acumulada	<u>(44)</u>
Valor residual	<u>113</u>
Taxas anuais de amortização - %	20%

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para imposto de renda (i)	1.822	2.043
Provisão para contribuição social (i)	677	762
Imposto e contribuição sobre salários	124	161
Parcelamento INSS	138	166
Provisão PIS, Cofins e ISS	589	416
Outros	<u>72</u>	<u>50</u>
Total	<u>3.422</u>	<u>3.598</u>
Circulante	3.350	3.448
Não circulante	72	150

(i) A variação acompanha a maior lucratividade da Administradora.

10. Obrigações diversas

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Recursos não procurados de grupos encerrados (i)	5.067	4.703
Recursos pendentes cobrança judicial (Nota 6)	142	128
Provisão para despesas de pessoal	620	402
Provisão para despesas administrativas (ii)	2.039	1.193
Provisão para causas judiciais (iii)	135	136
Credores diversos – país (iv)	5	5
Valores recebidos de consorciados de grupos encerrados (v)	<u>883</u>	<u>856</u>
Total	<u>8.891</u>	<u>7.423</u>
Circulante	8.751	7.282
Não circulante	140	141

- (i) Referem-se aos recursos não procurados pelos consorciados dos grupos encerrados sobre os quais incidem atualização de valores.
- (ii) Referem-se principalmente a provisão de comissões s/vendas, pelo maior volume de negócios gerados e campanha nacional s/ vendas.
- (iii) Constituição da provisão referente aos processos trabalhistas e cíveis.
- (iv) Refere-se principalmente ao acordo firmado com as ex-proprietárias da Ponta para colocar fim à responsabilidade trabalhista prevista na cláusula Nona do Contrato de Cessão de Quotas da Ponta Administradora de Consórcios.
- (v) Referem-se aos sinistros recebidos pela seguradora para repasse aos beneficiários

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no valor de R\$ 6.191, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 6.191.000 cotas, distribuídas entre os sócios:

- (i) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB, proprietário de 6.190.381 cotas.
- (ii) Gil Marcos Saggiaro, proprietário de 619 cotas.

b) Reservas de lucros

Foi destinado para reserva legal 5% do lucro líquido ajustado do período no valor de R\$ 210 (2º semestre 2016 - R\$ 176). Foi constituída a reserva de lucros – Outras, no valor de R\$ 3.989 (2º semestre 2016 – R\$ 3.347).

12. Receitas de prestação de serviços

São representadas substancialmente por taxas de administração recebidas de consorciados.

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Taxa de veículos/motocicletas	17.797	15.315
Taxa de imóveis	9.840	7.475
Taxa de serviços	609	528
Total	<u>28.246</u>	<u>23.318</u>

Refere-se ao recebimento da taxa de administração dos grupos ativos e encerrados. O aumento no resultado do período é fruto das campanhas realizada na rede Sicoob e maior diversificação de produtos.

13. Despesas tributárias

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Despesas com ISS	1.510	1.265
Despesas com Cofins	1.223	1.017
Despesas com PIS	263	218
Outros Tributos	11	10
Total	<u>3.007</u>	<u>2.510</u>

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Despesas de pessoal

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Honorários diretoria	276	281
Proventos (i)	1.381	1.304
Encargos sociais (ii)	630	575
Benefícios (iii)	771	533
Treinamentos	28	14
Remuneração a estagiários	8	-
Total	<u>3.094</u>	<u>2.707</u>

- (i) Referem-se, principalmente, a salários e provisões para 13º salário e férias.
 (ii) Referem-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
 (iii) Referem-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vale-refeição pago aos empregados.

15. Outras despesas administrativas

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Comunicações	279	181
Manutenção e conservação de bens	123	94
Material	29	19
Processamento de dados	801	648
Promoções e relações públicas (i)	880	145
Propaganda e publicidade	2	66
Serviços do sistema financeiro	43	38
Serviços de terceiros	1.215	1.080
Serviços técnicos especializados	48	36
Viagens no país	40	16
Aluguéis	244	243
Desp. de depreciação/amortização	144	111
Outras despesas administrativas	232	298
Total	<u>4.080</u>	<u>2.975</u>

- (i) Refere-se às campanhas realizadas na rede Sicoob que culminaram com o maior volume de negócios gerados.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Outras receitas operacionais

O resultado de outras receitas operacionais no valor de R\$ 1.946 (2º semestre 2016 – R\$ 1.902), refere-se principalmente aos recursos recebidos pela Administradora decorrente dos serviços prestados (Pró-labore) à empresa Seguradora Mongeral Aegon relacionados ao recebimento dos valores mensais de seguro prestamista contratados pelos consorciados, controle e repasse dos recursos recebidos mensalmente e também da formalização dos documentos necessários quando da ocorrência de situações de sinistros junto aos beneficiários para envio à seguradora para composição do dossiê utilizado para indenização. O seguro prestamista é um produto opcional, contratado pelo consorciado quando da aquisição de sua cota de consórcio e que possui a principal finalidade para a administradora de proteger a saúde financeira dos grupos de consórcios na ocorrência de sinistros, por morte ou invalidez permanente por acidente.

17. Outras despesas operacionais

O resultado de outras despesas operacionais no valor de R\$ 14.455 (2º semestre 2016 – R\$ 12.832), refere-se principalmente as comissões pagas pela venda de cotas de consórcios.

Composição Outras despesas operacionais

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Comissão Coop. Sistema Sicoob	14.449	12.755
Comissão Outras	-	3
Outras	6	74
Total	<u>14.455</u>	<u>12.832</u>

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social

	<u>1º semestre/2017</u>		<u>2º semestre/2016</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	6.698	6.698	5.298	5.298
Alíquota de tributação	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
	<u>1.675</u>	<u>603</u>	<u>1.325</u>	<u>477</u>
Efeito Tributário sobre diferenças temporárias	195	71	(11)	(5)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes	(3)	3	11	10
PAT	(45)	-	(32)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>1.822</u>	<u>677</u>	<u>1.293</u>	<u>482</u>

19. Critérios de tributação

A Administradora optou pelo critério de tributação com base no lucro real anual, com o pagamento do imposto mensal. Apura e recolhe o PIS e o COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 e o ISS sobre a prestação dos serviços à alíquota de 5% (cinco por cento), de acordo com o decreto 25.508/2005 – GDF.

20. Transações com partes relacionadas

A Ponta Administradora possui como partes relacionadas o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e Sistema Sicoob, seus administradores, considerados como “Pessoal-chave” da administração, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Os produtos e serviços são comprados da entidade controladora, com base em termos e condições comerciais normais.

a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB e Sistema Sicoob

Balanco Patrimonial

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depósitos bancários	5	3
Títulos e valores mobiliários	<u>28.931</u>	<u>17.336</u>
Total	<u>28.936</u>	<u>17.339</u>

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Resultado de Títulos e valores	1.142	1.102
Despesas de comissão vendas Sicoob	(14.449)	(12.755)
Total	(13.307)	(11.653)

b) Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cotas de fundos de investimentos	5.950	5.559
Total	5.950	5.559

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o Diretor Superintendente. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	<u>1º Semestre/2017</u>	<u>2º Semestre/2016</u>
Honorários	239	233
Benefícios	104	92
Encargos Sociais	59	56
Total	402	381

21. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

A Ponta Administradora possui provisão para causas judiciais no valor de R\$ 135 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 136), referentes a 3 (três) processos, sendo 1 (um) cível, 1 (um) trabalhista e 1 (um) relativo a diferenças de atualização no pagamento a execução fiscal decorrentes de débito de IPVA de veículo alienado fiduciariamente à Ponta Administradora.

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis no valor de R\$ 1.944 (2016 – R\$ 1.734), (ações cíveis discutem: restituição do valor pago pelo consorciado desistente, aplicação do seguro prestamista, contemplação e Dano Moral); (ii) ações de natureza trabalhista no valor de R\$ 254 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 303).

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Outras Informações da Administradora

a) Seguros

A Ponta Administradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b) Benefícios a empregados – previdência complementar

Em outubro de 2013, a Ponta Administradora passou a ser patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 30 de junho de 2017, a Ponta Administradora contava com 59 participantes, as despesas com a Sicoob Previ totalizaram R\$ 66 (2º semestre 2016 – R\$ 71).

23. Gerenciamento de riscos

a. Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez

A gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez no conglomerado Bancoob e no Sicoob é realizada de forma centralizada pela Superintendência de Gestão de Riscos (Suris), lotada no Bancoob, conforme dispõem as resoluções CMN 3.721/2009, 3.464/2007 e 4.090/2012. Essa Superintendência é formada por meio de quatro gerências especializadas:

- Gerência de Risco de Crédito (Geric);
- Gerência de Modelagem (Gemod)
- Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez (Gerim);e
- Gerência de Middle Office (Gemid).

As atividades relacionadas aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez consideram os objetivos, as políticas, os processos, os sistemas e as estratégias definidas pelas instituições em consonância com as boas práticas de governança corporativa.

A estrutura atualmente definida pela Instituição inclui os seguintes aspectos, considerados relevantes de acordo com as boas práticas de governança:

- Segregação de funções entre as áreas de negócio e a de riscos;
- Definição de alçadas nos diversos níveis hierárquicos;
- Gestão de risco centralizada e;
- Normativos internos onde estão definidas as políticas, as atividades e os processos relativos ao gerenciamento de riscos.

No Conglomerado Bancoob, as decisões relacionadas aos riscos são tomadas de forma colegiada e observam os aspectos definidos nas políticas e nos manuais de gestão de riscos.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estrutura de gerenciamento dos riscos tem caráter abrangente e está constituída dos seguintes componentes:

- Estrutura Organizacional;
- Estrutura Normativa;
- Sistemas Computacionais;
- Conformidade;
- Validação e;
- Acompanhamento.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos, que tem a Superintendência de Gestão de Riscos (Bancoob) como área responsável, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sistema.

A estrutura centralizada de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez prevê:

- i. Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de liquidez da Administradora;
- ii. Procedimento para identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de liquidez dos grupos de consórcio como um todo e individualmente em cada grupo;
- iii. Controle do risco de liquidez das aplicações dos grupos de consórcios em fundos de investimento administrados pela Bancoob DTVM; e
- iv. Utilização do modelo VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado dos fundos de investimento com os recursos líquidos dos grupos de consórcios da Administradora e administrados pela Bancoob DTVM;
- v. Geração e reporte de informações gerenciais aos órgãos de governança do Sicoob;
- vi. Adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- i. Utilização de modelos de avaliação e classificação de risco dos consorciados;
- ii. Monitoramento da inadimplência dos grupos de consorciados, segregados por tipo de bem e pela condição da entrega ou não do bem objeto do consórcio;
- iii. Geração e reporte de informações gerenciais aos órgãos de governança do Bancoob;
- iv. Adequada validação dos modelos.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Risco operacional

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, aprovada pela Diretoria da Administradora (Circular Ponta Administradora de Consórcios 001).

O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos já identificados, é realizado no mínimo bienalmente. O processo de gerenciamento do risco operacional da Administradora consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados a Diretoria da Administradora, bem como ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração do Bancoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

24. Principais práticas contábeis para Grupos de Consórcios

a) Ativo circulante

i. Depósitos bancários / Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

Os saldos das aplicações financeiras incluem os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

b) Passivo Circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

c) Compensação

i. Previsão mensal de receitas a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuição (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos da taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d) Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para a aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contribuição, de acordo com prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

e) Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

Operações de Consórcios	Quantidade	
	30/06/2017	31/12/2016
Grupos em andamento	65	56
Consortiados ativos	51.327	41.096
Consortiados desistentes ou excluídos – total	30.181	25.092
Consortiados desistentes ou excluídos – no período	3.412	8.549
Consortiados contemplados	20.365	16.537
Bens pendentes de entrega	2.763	2.579
Bens entregues – total	17.994	14.365
Bens entregues – no período	3.920	6.377
Taxa de inadimplência	2,57%	1,75%

25. Aplicações financeiras – Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Depósitos bancários	1	944
Cotas de fundos de investimento (i)	225.003	191.992
Total	225.004	192.936

(i) Refere-se à aplicação no Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI.

PONTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – CONSÓRCIO PONTA
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diretoria

Maurício Leite Ferreira Reis – Diretor-Superintendente

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O - S – DF